

O fenômeno das drogas, especialmente o crack, constitui um problema extremamente complexo, que impõe à sociedade e ao poder público uma ação conjunta, assentada em políticas intersetoriais nas áreas da educação, da saúde e da assistência social, tanto na busca de soluções, como para minimizar os prejuízos que causam.

Lidar com o aumento do consumo de crack e de outras substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, bem como com as diversas particularidades que este apresenta é um desafio para todos os atores e setores sociais. Dedicar-se a esse tema é tarefa de inquestionável relevância e exige responsabilidade, conhecimento científico e experiência de vida.

O Governo Federal tem desenvolvido uma política coerente e consistente para o combate às drogas, especialmente após a aprovação da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) em 2005. A PNAD já preconizava a importância do desenvolvimento permanente de estudos, pesquisas e avaliações para aprofundar o conhecimento sobre o crack e outras drogas, bem como para avaliar a extensão e as tendências do seu consumo.

Um passo importante foi a edição do Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao crack e outras drogas. Ficou estabelecido que as ações do Plano deverão ser executadas de forma descentralizada e integrada, tendo como fundamento a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de saúde, assistência social, segurança pública, educação, esporte, cultura, direitos humanos, juventude, entre outras. Vale ressaltar ainda que um dos objetivos centrais do Plano é a capacitação, de forma continuada, dos atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações de prevenção ao uso de crack e outras drogas, de tratamento e de reinserção social de usuários e de enfrentamento do tráfico.

Visando à operacionalização das ações previstas no Plano Integrado de Enfrentamento ao crack, foi lançado o Edital nº 002/2010/GSIPR/SENAD para a implantação de Centros Regionais de Referência para Formação Permanente dos Profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. A implantação

desses Centros destinados a capacitar profissionais contribuirá significativamente para a melhoria na qualidade dos serviços prestados à população usuária do crack e de outras drogas, aumentando, assim, a resolutividade dos programas, projetos e estratégias existentes seja em prevenção de riscos, de redução de danos ou mesmo de tratamento dos usuários e de apoio as suas famílias.

Vale ressaltar que a decisão de implantar os Centros Regionais de Referência tendo como base as IES públicas é um importante reconhecimento do nosso papel para a produção de conhecimentos e formação de profissionais qualificados. Mais do que isso, expressa uma expectativa da sociedade de que as universidades devem contribuir, cada vez mais, para soluções dos graves problemas sociais. Aceitamos este desafio e podem ter certeza de que as universidades estarão engajadas nesta missão, com todo empenho e plena dedicação.

Por fim, é importante ressaltar que a participação das universidades na implantação dos Centros Regionais produzirá também um importante impacto na vida de nossas instituições. Certamente, com o maior envolvimento na implementação dessas políticas, estará posto para nós o desafio de incorporar a nossas práticas de ensino e pesquisa o enfrentamento do grave problema do crack e de outras drogas, tanto no aspecto da prevenção, que inclui o combate ao tráfico, quanto do adequado tratamento aos usuários.

Queremos colocar à disposição de nossos ministros e da nossa presidente, as 59 universidades federais. Hoje formamos um rede distribuída em 237 municípios e contamos com uma força de trabalho de quase 70 mil docentes, 105 mil servidores técnico-administrativos e quase um milhão de estudantes na graduação e na pós-graduação. Essas instituições estão ávidas para desempenhar seu papel de verdadeiros agentes de Estado, contribuindo na concepção e até mesmo na implementação de políticas públicas.

Nós nos apresentaremos ao trabalho assim que formos convocados. E mais do que isso, agiremos como protagonistas, levando aos nossos ministros e à nossa presidente, projetos que certamente contribuirão para a construção de um país mais justo, mais desenvolvido e com cada vez menos desigualdades regionais e sociais.